



ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DOS MEMBROS TITULARES E SUPLENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ITANHAÉM - CME - 24/02/2022

Aos vinte e três dias do mês de fevereiro de 2022, com início às 15h00 horas, realizou-se a sessão extraordinária do Conselho Municipal de Educação, presidida pela Conselheira Presidente Maria Cecília Cardoso Tecedor, com a presença da Conselheira Titular e Secretária do Conselho, Priscilla da Silva Lira Nunes. Os conselheiros: Santilho Antonio Guimarães Neto, Larissa Rezek Barbosa, Sonia Cristina de Oliveira, Renata Simões Silva, Daniele de Fátima Menezes, Estela de Oliveira Picon da Silva, Thiago Fernandes Pereira, Talita Aquino Nóbrega Santana e Marta Regina Palladino participaram por meio do aplicativo *google meet*. Teve por decisão conjunta do colegiado. A Presidente abriu a reunião desejando boa tarde a todos e iniciou apresentando a pauta do dia: 1) Minuta do Relatório Consultivo referente ao caso do aluno L.I.Z. A Presidente deu início à do Relatório e após solicitou a manifestação dos presentes a respeito da aprovação do documento lido. A conselheira Larissa, destaca que é importante consultar a análise e parecer da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes e bem como o Departamento Jurídico. A Presidente salienta sobre o documento enviado às escolas sobre o fluxo dos casos de Covid-19 em forma de comunicado quanto aos possíveis contactantes e ainda sobre a sanitização do ambiente escolar. O conselheiro Santilho, corrobora com a sugestão da conselheira Larissa em encaminhar o Relatório para análises e manifestações de outros Departamentos Competentes a fim de responder ao responsável pelo aluno com maior clareza e respaldo. A conselheira Sônia perguntou sobre o que consta no Decreto de retorno às aulas, se há a obrigatoriedade aos alunos de Pré retornarem. A Presidente informou que não houve Decreto Municipal para cem por cento das aulas presenciais e que a Prefeitura e a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes estão amparadas na Resolução SEDUC 09, de 28 de janeiro de 2022, que justificam a retomada integral dos alunos. A conselheira Sônia questiona a falta de posicionamento de forma oficial mediante Decreto, por parte da Administração em relação ao retorno às aulas presenciais. A conselheira relatou também que para esse ano sugeriu aos colegas de trabalho de sua Unidade Escolar que se encontram sobrecarregados, conforme o olhar da conselheira, solicitem reunião junto à Assessora de Gestão e Planejamento responsável por pela Unidade Escolar, a fim de expor as dificuldades de trabalho e atual

EE

situação da escola que de acordo com a conselheira está sucateada. A conselheira Larissa destaca que corrobora com os apontamentos da conselheira Sônia. A conselheira Renata relata que a mãe cita em seu relato que de acordo com a constituição, o filho tem direito à vida, a conselheira destaca ainda que além do direito à vida, o aluno tem também o direito à igualdade, dentre vários outros direitos, e salienta que ao solicitar o ensino remoto para o filho que não possui comorbidades em um momento de retorno presencial obrigatório é seguir contra o direito à igualdade diante dos demais alunos. Ao analisarmos a situação em tela, entendemos que os pontos a serem aplicados a este expediente serão: encaminhamento do Relatório Consultivo para a promotoria da Infância, para o setor jurídico da prefeitura e para a Assessoria de Gestão e Planejamento Escolar, para posterior ciência à família. O colegiado entende também que deve ser feito um acolhimento com a família com o Setor Multidisciplinar, na tentativa de ampará-los sobre o retorno. Nada mais havendo a tratar, eu Priscilla da Silva Lira Nunes, redigi a presente ata que segue assinada. Itanhaém, 24 de fevereiro de 2021.

